

Deise Tallarico Pupo

Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP, Brasil)
dtpupo@unicamp.br

Valéria dos Santos Gouveia Martins

Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP, Brasil)
valeria@unicamp.br

CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS PARA IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

CONSTRUCTING PARAMETERS TO IMPLEMENT ACCESSIBLE LIBRARIES

RESUMO

Ao longo dos séculos, com a evolução humana, as pessoas com deficiência percorreram caminhos diversos: dos tempos difíceis, na trilha do preconceito, da segregação, do assistencialismo, mas, aos poucos, suavizam-se os trajetos, as diferenças ganham dignidade e respeito, apoio legal e valorização de suas especificidades. Por sua vez, as bibliotecas, que são atores sociais e que possibilitam a interação entre a informação e a sociedade, também precisam gerir meios de garantir o acesso de forma ampla e inclusiva. O objetivo deste artigo é a construção de parâmetros para a implantação de bibliotecas acessíveis, tendo como referencial teórico uma ampla revisão da legislação internacional e nacional. A metodologia para o desenvolvimento do estudo é de caráter exploratório, utilizando como instrumentos de pesquisa: fontes de informação oficiais, aplicação de questionário, benchmarking e a correlação entre requisitos de acessibilidade, deficiência e parâmetros mínimos para bibliotecas acessíveis. Os resultados obtidos são as propostas de parâmetros mínimos para o reconhecimento de bibliotecas acessíveis.

Palavras-chave: Biblioteca acessível; Parâmetro; Acessibilidade; Biblioteca inclusiva; Legislação.

ABSTRACT

Over the centuries, with human evolution, people with disabilities went through various paths: from difficult times, in the track of prejudice, segregation, paternalism, but, gradually, the paths soften, the differences acquire dignity and respect, legal support, and appreciation of their specificities. In turn, libraries, which are social actors and enable the interaction between information and society, also need to manage resources to ensure access in a broad and inclusive way. This article aims to construct parameters to implement accessible libraries, having as theoretical framework a wide review of international and national legislation. The methodology for developing the study is exploratory, using as research instruments: official sources of information, application of questionnaire, benchmarking and the correlation between accessibility, disability requirements and minimum parameters for accessible libraries.

Keywords: Accessible library; Parameter; Accessibility; Inclusive Library; Legislation.

Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
29.075-910, Vitória-ES
gestaoeconexoes@gmail.com
gestaoeconexoes@ccje.ufes.br
<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em Administração
(PPGADM/CCJE/UFES)

Artigo

Recebido em: 25/05/2013
Aceito em: 24/09/2013
Publicado em: 24/06/2014

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, na evolução humana, as pessoas com deficiência percorreram caminhos difíceis, na trilha do preconceito, da segregação, do assistencialismo até que, aos poucos, suavizam-se os trajetos: as diferenças ganham dignidade e respeito, apoio legal e valorização de suas especificidades. Se cada ser no universo é único, diferente do outro, com impressão digital, voz e tantos outros aspectos que imprimem uma identidade própria a cada indivíduo, não há porque discriminar e isolar pessoas com deficiência do contexto global, como se fossem cidadãos de segunda classe.

Citando como exemplo o renomado e premiado astrofísico inglês Stephen Hawking: ele atribui a própria fama à doença com a qual convive desde os 21 anos e que abalou progressivamente suas funções motoras. Hawking tem esclerose lateral amiotrófica (ELA) – uma doença rara, incurável e degenerativa que paralisa os músculos do corpo sem, no entanto, atingir as funções cerebrais. Em 1985, após se submeter a uma traqueostomia, em decorrência do agravamento da ELA, passou a utilizar um sintetizador de voz para se comunicar. Gradualmente, foi perdendo o movimento de braços e pernas, assim como do resto da musculatura voluntária, incluindo a força para manter a cabeça erguida, de modo que sua mobilidade é praticamente nula. “As pessoas são fascinadas pelo contraste entre minhas capacidades físicas, extremamente limitadas, e a imensidade do universo com o qual trato” (HAWKING, 2014), explica com modéstia e humor em seu *site* o autor de **Uma breve história do tempo**, publicado inicialmente em 1988, um livro de divulgação científica que vendeu milhões de exemplares em todo o mundo.

Segundo Hawking, o ser humano é tão insignificante em relação ao Universo que ser deficiente não tem nenhuma importância cósmica. Afirma que teve e tem uma “vida intensa e prazerosa” e acredita “que as pessoas com deficiência devem se concentrar nas coisas que a desvantagem não as impede de fazer, e não lamentar as que são incapazes de realizar”. (HAWKING, S., 2013, p.137).

Isso nos leva a refletir sobre a importância da inclusão de todos, indistintamente, nos diversos ambientes socioculturais e educacionais, esportivos e de lazer que compõem as cidades, em seus estados e países, nos continentes do planeta.

Este artigo objetiva contextualizar o Laboratório de Acessibilidade (LAB) da Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) da Universidade de Campinas (UNICAMP) como um organismo vivo, em constante mutação, que visa atender quanto possível à

diversidade de seus usuários, em suas necessidades específicas, para que prossigam seus estudos em igualdade de condições aos demais alunos. O LAB conta com equipamentos e softwares de apoio ao atendimento educacional especializado, conforme demandas apresentadas e dentro das possibilidades orçamentárias, quase sempre conquistadas através de projetos. O Laboratório de Acessibilidade é um órgão aglutinador e facilitador das pesquisas em andamento na universidade, ou externas, por meio da inter-relação: alunos, pesquisadores, técnicos e demais profissionais interessados no tema. Desmistificando as deficiências, e, de acordo com a própria experiência, com fundamentação teórica relacionada, o presente estudo propõe-se a apresentar parâmetros para implantação de bibliotecas acessíveis – que estão sujeitos a sugestões dos leitores interessados, com e sem deficiência, ou simplesmente envolvidos com as questões de acessibilidade e inclusão.

2. BIBLIOTECA CENTRAL CESAR LATTES E LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

Responsável pela política informacional da Universidade, a Biblioteca Central Cesar Lattes (BCCL) da UNICAMP acreditou que sua missão deveria e poderia estender-se para novas fronteiras, na perspectiva de entender e atender às diferenças. Aceitando o desafio não apenas de compreender os seres humanos na sua singularidade, mas também de buscar os melhores meios para ultrapassar as barreiras de locomoção, comunicação, pesquisa e acesso à informação impressa e eletrônica, a BCCL apoiou a criação do Laboratório de Acessibilidade em seu espaço, inicialmente como uma extensão de prestação de serviços aos alunos com deficiência. Sua implantação foi possível graças a recursos de projetos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da Pró Reitoria de Graduação (PRG) da UNICAMP. O projeto (1998) baseou-se na NBR9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em novembro de 2003, o governo federal baixou a portaria nº 3.284, que determina a garantia de equipamentos e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e eliminação de barreiras arquitetônicas e apoio didático conforme necessidades das pessoas com deficiência – para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos, e de credenciamento institucional. Essa determinação legal viria impulsionar outras universidades à criação de espaços acessíveis, condição exigida pelo Ministério da Educação para a validação institucional.

As atividades do LAB tiveram início em janeiro de 2003, com uma aluna com deficiência visual da pós-graduação em Música. Em dezembro do mesmo ano, pesquisadores de diversas áreas da UNICAMP uniram-se às iniciativas já existentes por

meio de um projeto financiado pela CAPES-PROESP (2003-2008): “Acesso, permanência e prosseguimento da escolaridade superior de alunos com deficiência: ambientes inclusivos” – que obteve total apoio da reitoria.¹ Desde então, atraí estagiários, bolsistas e alunos de pós-graduação, objetivando garantir aos alunos com deficiência o direito de realizar seus estudos de nível superior em ambientes inclusivos de ensino e aprendizagem. Desse projeto, originou-se o grupo “Todos Nós UNICAMP Acessível”, implantado em cooperação com diversos institutos e faculdades da universidade, e que teve o LAB como cenário por cinco anos consecutivos.

Importante ação desse projeto foi a realização da I OFICINA PARTICIPATIVA (2004), que reuniu treze pesquisadores e cinco colaboradores do projeto recebendo oitenta e dois participantes da comunidade universitária. As oficinas foram realizadas na Biblioteca Central Cesar Lattes, durante três dias consecutivos, em debates e propostas da comunidade, que teve a oportunidade de expressar-se livremente sobre a inclusão dos alunos com deficiência na UNICAMP, as falhas, sugestões de melhoria em acessibilidade em seus diversos aspectos. (MANTOAN; BARANAUSKAS, 2005).

As ações do grupo Todos Nós, apoiadas pela administração da Biblioteca Central Cesar Lattes, fortaleceram sobremaneira a atuação do Laboratório de Acessibilidade como um espaço onde se desenvolvem atividades que propiciem e estimulem a autonomia e independência acadêmica de seus usuários, a produção de materiais adaptados às suas necessidades e também o desenvolvimento e utilização de softwares destinados a pessoas com deficiência física e sensorial.

A professora doutora Maria Teresa Eglér Mantoan, docente da Faculdade de Educação da Unicamp, lutadora incansável pela inclusão educacional, aponta: “Nosso mote é a escola da diferença, uma nova página da nossa educação, que precisamos escrever juntos, para que seja inclusiva, como é o seu propósito desafiador [...] Todos têm o direito de viver nessa época de expansão do espírito humano e de justiça, respeito à diferença.” (MANTOAN, 2013)

Em 22 de novembro de 2004, a portaria nº 555 revela a preocupação com o acesso das pessoas com deficiência nas IES brasileiras, que, após censo 2000 do IBGE, considera “o baixo percentual de alunos e professores com deficiência nas instituições de ensino superior”, criando uma Comissão Especial “com a finalidade de realizar análise, fornecer subsídios e indicativos para garantir o acesso de pessoas com deficiência aos cursos superiores e a permanência delas nas instituições de ensino superior”. A Lei Nº 9610, ou Lei de direitos autorais, em seu capítulo IV, Das Limitações aos Direitos Autorais, Artigo

¹ As ações e relatórios do referido projeto e os recursos do LAB estão disponíveis no Portal: www.todosnos.unicamp.br

46:- alínea d, é clara quanto à permissão de reprodução de obras, desde que sem fins lucrativos.

Respaldados pela legislação e por acreditar que todos têm direito aos serviços e produtos em bibliotecas, as atividades do LAB cresceram ao longo de dez anos de funcionamento, buscando sempre atender às demandas conforme necessidades de seus usuários. A existência de um espaço acessível e inclusivo na biblioteca universitária possibilitou troca de experiências e a vivência da inclusão na prática. A presença de alunos e demais usuários com deficiência transformou atitudes, mobilizou servidores (funcionários e docentes), favoreceu novas pesquisas e ampliou significativamente a produção acadêmica dos envolvidos. E principalmente, aguçou a sensibilidade das pessoas nos espaços da BCCL e também em outras unidades do campus para a irreversível realidade e urgente necessidade de um novo olhar sobre a diversidade humana e sobre o direito de todos aos bens e serviços públicos, custeados por todos nós, contribuintes que somos! Somaram-se assim novos projetos e estudos, seminários e eventos na temática “acessibilidade”, principalmente em bibliotecas.

A inexistência de espaços públicos semelhantes, com vistas a estimular a autonomia e independência acadêmica de seus usuários, fez do LAB uma espécie de referência na área. Porém, a construção de saberes foi aprendida na prática, no contato com os usuários e pesquisadores e impulsionada pela inexperiência e pela falta de referenciais sobre o assunto, em nosso país, há dez anos. O atendimento, sob demanda, requer não apenas o conhecimento do bibliotecário para acessar as informações, mas também do pedagogo, para, juntos, instruírem sobre o uso das tecnologias de apoio e construir tutoriais acessíveis com vistas à otimização de uso dos equipamentos e softwares, em geral muito caros. Nesse período, atendeu-se presencialmente e também à distância, diversas instituições congêneres interessadas em elaborar projetos semelhantes.

3. BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

Pode-se atribuir como documento de referência sobre bibliotecas para todos, o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. Concebido em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994, afirma que a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. O Manifesto considera que a liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais que só serão atingidos quando os

cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade, conforme segue:

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. (MANIFESTO DA UNESCO, 1994)

Este Manifesto ressalta a capacidade da biblioteca pública em tornar-se uma instituição democrática que favorece a inclusão, a igualdade e os direitos de todos.

Segundo Pupo (2009, p.52-53) o tema “Acessibilidade” tem sido discutido, revisto e debatido tanto em nosso país como em todo o mundo e quando se tratam das bibliotecas, a falta de acessibilidade arquitetônica parece ser a única vilã; mas a revolução do acesso à Informação proporcionada pelas novas tecnologias e a popularização do acesso à *Web* amplia o escopo e renova o conceito de bibliotecas acessíveis, o que requer comprometimento e ações inclusivas dos profissionais bibliotecários: isso exige mudança de mentalidade e respeito às diferenças. A publicação do livro “Bibliotecas acessíveis para todos”, do Ministério da Saúde, Política Social e Igualdade, da Espanha, além da contribuição inquestionável ao tema, traz a seguinte reflexão: “Durante muito tempo, a deficiência esteve vinculada a aspectos médicos. Atualmente, o termo “deficiência” é precedido por outro, mais importante: “pessoa”. (ESPANHA, 2011, p.14).

4. REVENDO A LEGISLAÇÃO

Lembram-nos Pupo, Melo e Pérez Ferrés (2008, p. 41) que, a partir dos anos 1990, as ações e movimentos internacionais contra a discriminação em prol da multiplicidade humana em uma perspectiva inclusiva ganham força; em 14 de dezembro de 1990, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um novo enfoque em seu programa sobre deficiência, passando “da conscientização para a ação com o propósito de se concluir com êxito uma sociedade para todos por volta do ano 2010” (Resolução 45/91 da ONU).

Em 1993, a Assembleia Geral da ONU promulgou um documento intitulado **Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência** (Resolução n. 48/96), com avanços consideráveis em promoção de igualdade de oportunidades no ensino e garantias de condições de acessibilidade e serviços de apoio em ambientes integrados.

Em 1994, a ONU promoveu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas: Acesso e Qualidade em Salamanca, Espanha. A Declaração de Salamanca (ONU, 1994) promoveu a busca de várias alternativas para que se cumprissem as propostas de ensino de qualidade para todos, transformando a educação brasileira básica em objeto de intensas discussões e reformas no sentido de adequar-se às novas demandas.

Outros documentos internacionais foram produzidos com a participação do Brasil; pode-se citar a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (OEA, 1999); a Declaração de Caracas (OEA, 2002), que reafirma o compromisso internacional com a intensificação dos esforços pela eliminação da discriminação e o comprometimento com a construção de contextos sociais inclusivos; e a Declaração de Santo Domingo (OEA, 2006), que trata da sociedade do conhecimento e de sua relação com as novas tecnologias e a inclusão digital.

Conforme Pupo (2010), os direitos de acesso à educação e à informação estão previstos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que, em seu artigo 5º, declara a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e também garante a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. O inciso XIV do artigo 5º (BRASIL, 1988) assegura o acesso à informação: “É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Segundo o Decreto n. 5.296/2004 (BRASIL, 2004, grifo nosso), a acessibilidade deve ser garantida com a eliminação de barreiras nas comunicações e informações às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e define:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação;

Barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso.

A Lei n. 10.753/2003 (BRASIL, 2003a), ou Lei do Livro, institui a Política Nacional do Livro (PNL), cujas diretrizes em destaque são: assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro e promover e incentivar o hábito da leitura e assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Para as pessoas com deficiência, os principais resultados da legislação traduziram-se em ações voltadas à vida independente e autonomia a partir do final do século passado, destacando-se: criação de projetos de equiparação de oportunidades; implantação de redes locais de informação, conectadas a redes regionais e internacionais; e implementação gradual das leis de cotas na contratação de pessoas com deficiência.

Em 30 de março de 2007, o Brasil assinou, na sede da ONU, em Nova York, a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, bem como seu **Protocolo Facultativo** (ONU, 2007). Os países signatários dessa convenção e que assinaram o tratado responsabilizaram-se pela implementação das propostas, no sentido de efetivar o que foi ajustado. O Congresso Nacional brasileiro ratificou o protocolo por meio do Decreto Legislativo n. 186/2008 (BRASIL, 2008) e todos os seus artigos são de aplicação imediata. A convenção reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. O artigo segundo da convenção, aborda os propósitos e destaca cinco definições importantes ao presente estudo: Comunicação; Língua; Discriminação por motivo de deficiência e Ajustamento razoável (Quadro 1).

Quadro 1- Principais Ações Atribuídas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Ações / Propósitos	Abrangência / Significado
Comunicação	Línguas; visualização de textos; escrita braille; comunicação tátil; caracteres ampliados; dispositivos de multimídia acessível; linguagem simples, escrita e oral; sistemas auditivos; meios e modos de voz digitalizada; modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação; tecnologia da informação e comunicação.
Língua	Línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada.
Discriminação por Motivo de Deficiência	Qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural, civil ou qualquer outra. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.
Ajustamento Razoável	Modificação necessária e adequada e os ajustes que não acarretem um ônus desproporcional ou indevido, quando necessários em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam desfrutar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
Desenho Universal	Projeto de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem que seja necessário um projeto especializado ou ajustamento. O “desenho universal” não deverá excluir as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.

Fonte: Elaboração própria.

Simultaneamente à proibição da discriminação, a Convenção responsabiliza toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência – adultos e crianças, para que não sejam excluídas do sistema educacional geral. Que sejam contempladas com adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, com vistas a facilitar sua educação; e efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena.

Os países signatários comprometem-se a assegurar que as pessoas com deficiência recebam educação adequada, como membros da comunidade, incluindo: facilitação do aprendizado do braille; modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa; habilidades de orientação e mobilidade; promoção da identidade linguística da comunidade surda entre outros. Isso envolve a contratação de professores habilitados e o treinamento de equipes que atuem em todos os níveis de ensino. Essa capacitação deverá incorporar a conscientização da deficiência; a utilização de apropriados modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa e técnicas e materiais pedagógicos, como apoio para pessoas com deficiência. Deve ser assegurado o acesso à educação comum nas modalidades de: ensino superior, treinamento profissional, educação de jovens e adultos e aprendizado continuado, sem discriminação e em igualdade de condições com as demais pessoas. Para tanto, os signatários deverão prover adaptações razoáveis às pessoas com deficiência, para que estas tenham acesso aos locais de eventos ou serviços culturais: teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, e dentro do possível, a monumentos e locais de importância cultural nacional.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho é de caráter exploratório e foi dividida em etapas, mediante a necessidade apresentada, conforme a seguinte explanação:

- Primeira etapa: pesquisa junto aos órgãos oficiais da universidade e do Censo do Ministério da Educação (MEC), visando ao levantamento/mapeamento da quantidade dos usuários da UNICAMP com deficiência. O mapeamento desse público também levou em consideração as áreas de estudo desses usuários, assim como a identificação do tipo de deficiência existente, para identificar as necessidades de ações prioritárias, destes usuários, na graduação, na pesquisa, ou ainda em projetos de extensão.
- Segunda etapa: elaboração e aplicação de três tipos de questionários, com perguntas fechadas e abertas que se complementavam no

entendimento do processo de atendimento e uso da biblioteca. Cada questionário teve um objetivo específico de medição, ou seja: um questionário abordando os usuários do LAB, visando a identificar sua satisfação de atendimento/uso da biblioteca e barreiras encontradas; um questionário abordando os funcionários que atuam no atendimento das bibliotecas da Unicamp, visando a identificar as dificuldades, qualificação/conhecimento para o atendimento do usuário com deficiência; um questionário voltado a toda a comunidade do Sistema de Bibliotecas da Unicamp, visando a identificar/mapear usuários com deficiência, conhecimento/uso dos serviços da biblioteca, satisfação com o atendimento e dificuldades encontradas.

- Terceira etapa: pesquisa de mercado visando a um amplo levantamento das tecnologias assistivas (TA) disponíveis, assim como *benchmarking* com outras instituições congêneres, com o objetivo de conhecer outras realidades, demandas e formas de gestão. A cada TA identificada, os usuários do LAB realizavam testes de sua usabilidade e performance das mesmas. Os testes de usabilidade foram realizados pela equipe do LAB e os usuários com deficiência, visando identificar as formas de uso, aplicabilidade no dia a dia, limitações, riscos, adaptabilidade, dificuldades, custo *versus* benefício, dentre outros aspectos
- Quarta etapa: seleção e aquisição de tecnologias assistivas, prioritárias, adquiridas por meio de projetos submetidos a órgãos de fomento, como Fapesp, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp (Preac), Ciência e Arte nas Férias/Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp.
- O estabelecimento dos requisitos macro de acessibilidade teve como base conceitual a categorização e definições de Sasaki (2013):

Acessibilidade Arquitetônica: Não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos; **Acessibilidade Comunicacional:** Não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual; **Acessibilidade Metodológica:** Não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos; **Acessibilidade Instrumental:** Não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação; **Acessibilidade Programática:** Não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos; **Acessibilidade Atitudinal:** Não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

A composição e o mapeamento dos parâmetros mínimos de acessibilidade para as bibliotecas, foram construídos baseado no levantamento das recomendações da legislação, demandas especificadas pelos usuários com deficiência, coletados nos questionários, assim como dos apontamentos realizados no Laboratório de Acessibilidade da BCCL. Importante ressaltar, que a vivência com os usuários com deficiência no LAB possibilita o conhecimento de suas necessidades, desde o reconhecimento físico do ambiente; do acesso a coleção impressa e *online*; dos processos cognitivos, quando da realização da pesquisa bibliográfica e desenvolvimento dos trabalhos e atividades acadêmicas; da relação interpessoal e comunicacional; assim como no uso das Tecnologias Assistivas

Para a coleta e tratamento dos dados, foram utilizadas ferramentas computacionais, tais como os programas *Microsoft Excel* e *Lime Server*, o qual oferece uma estrutura para a construção do instrumento questionário e realiza automaticamente a tabulação dos dados, a partir das respostas. Para os dados de caráter mais descritivo, resultantes das fases 3 e 4, foram utilizados relatórios e formulários específicos, que permitiram efetuar os registros dos dados.

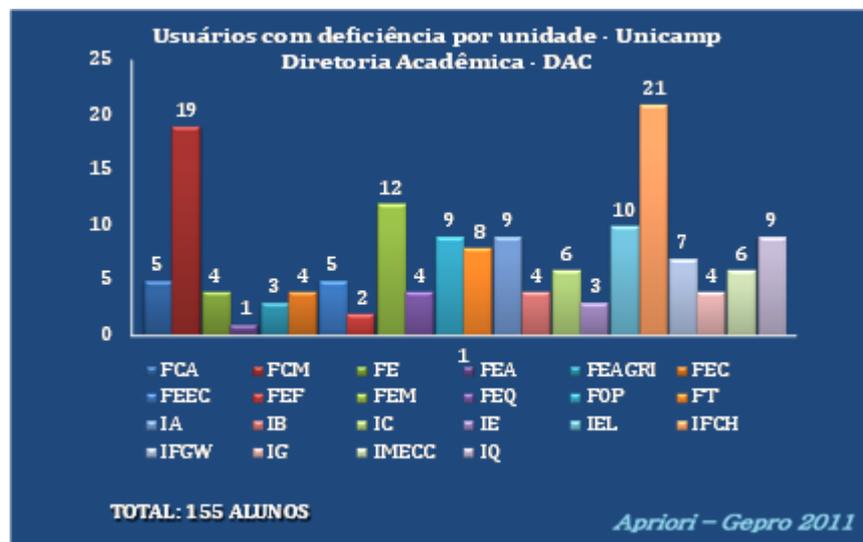
Na fase 5 foi elaborada uma tabela de correlação dos dados, requisitos norteadores de acessibilidade e as ações implantadas no Laboratório de Acessibilidade.

6. RESULTADOS

A partir dos instrumentos utilizados, a pesquisa obteve como resultados os dados a seguir:

- a) O mapeamento dos usuários com deficiência demonstrou que, na universidade, o total desse público é de aproximadamente 155 alunos (Figura 1), sendo que as áreas de Humanas (IFCH, IEL, FE), a área de Ciências Médicas (FCM) e a área de Tecnológicas (FEM / FEC) apresentaram os maiores índices.

Figura 1 – Mapeamento de usuários com deficiência na Unicamp, por área do conhecimento



Fonte: Apriori – Gepro (2011).

- b) O mapeamento dos usuários com deficiência demonstrou que, na universidade, 52% têm deficiência visual, 36% motora e 12% auditiva (Figura 2). O mapeamento de usuários com deficiência por categoria demonstrou que o maior percentual de usuários com deficiência permaneceu na graduação com 45%, seguido de 27% de alunos no

doutorado (Figura 3).

Figura 2 – Mapeamento de usuários, por tipo de deficiência



Fonte: Apriori – Gepro (2011).

Figura 1 – Mapeamento de usuários com deficiência, por tipo de categoria



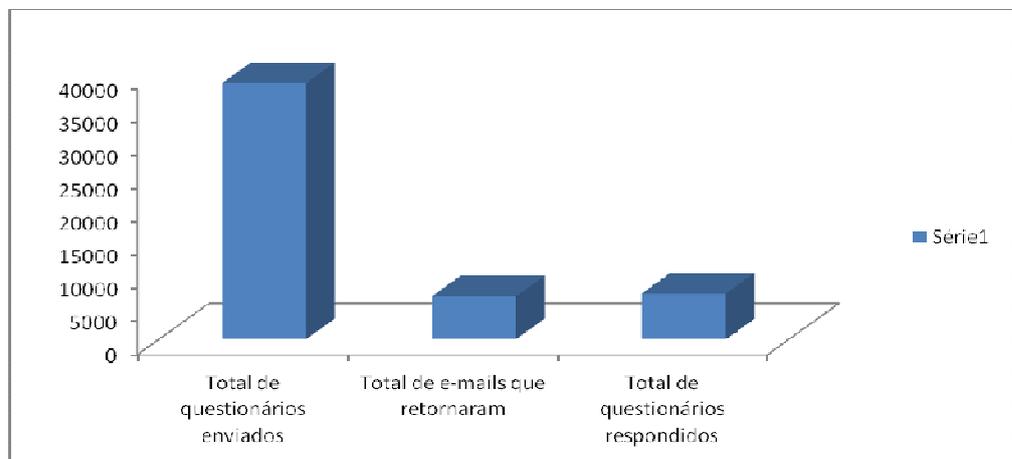
Fonte: Apriori – Gepro (2011)

Interessante observar, que os dados coletados pela Diretoria Acadêmica demonstram as deficiências em 3 classificações macros: Visual, Auditiva e Motora. Entretanto, os dados comparativos da literatura, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, apresentam 8 tipos de deficiências. Constatase, então, que o número de deficientes visuais representam a grande maioria das pessoas com deficiência na comunidade universitária, de um universo de 155 pessoas. Com relação a Figura 3, pode-se concluir que o número de alunos de graduação é maior devido à quantidade de vagas oferecidas pela universidade para essa categoria

Na fase 2 da pesquisa foi possível identificar o nível de satisfação e conhecimento da biblioteca, por parte do usuário, assim como o nível de dificuldade do

funcionário ao tratar de questões relativas à acessibilidade. O índice total de resposta obtido foi de 17% de acordo com o Figura 4, representando, portanto, um reflexo significativo no retorno das respostas, bem como demonstrando o interesse e sensibilidade da comunidade para a temática. O universo pesquisado contemplou os usuários cadastrados no Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, dentre estes alunos de graduação, pós-graduação, docentes e funcionários. Do total de questionários enviados por *e-mail* 38.674, 6.487 tiveram recusa em suas caixas de *e-mails*, tendo como respondentes 6.933 usuários.

Figura 4 – Mapeamento de usuários com deficiência, por tipo de categoria



Fonte: Elaboração própria

Como o presente trabalho tem por objeto a composição de parâmetros para bibliotecas acessíveis, a seguir serão demonstrados os principais resultados que impactam nesta construção, porém os questionários na íntegra podem ser acessados no endereço: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/>.

- a) Na questão de identificação da necessidade especial, foram obtidos os percentuais: 0.32% para gestante/lactante, 0.10% deficiência física ou mobilidade reduzida, 0.04% para obesidade; 0.04% para outros; 0.03% para baixa visão; 0.01% para surdez; 0.01% para cegueira/deficiência visual; 0.01% para pessoa com marcapasso; e 0% para surdocegueira, pessoas com deficiência intelectual, deficiências múltiplas, paralisia cerebral, nanismo, idoso, gagueira.
- b) Na questão frequência de uso da biblioteca temos: frequentemente (pelo menos uma vez por semana 47.54%; às vezes (uma vez por mês) 32.39%;

raramente (uma vez no semestre) 7.34%; eventualmente 8.13% e não utiliza 1.14%.

- c) Na questão relativa às dificuldades encontradas, nos requisitos norteadores de acessibilidade recomendado por Sasaki (2013), obtivemos: 8% no quesito arquitetônico, compreendendo principalmente escadas, desníveis, sanitários, catracas, largura de portas); 10.49% no quesito comunicacional, compreendendo comunicação interpessoal, escrita e virtual); 15.25% no quesito metodológico (cursos de capacitação, treinamentos e orientação aos usuários e funcionários); 15.25% no quesito instrumental, compreendendo equipamentos e mobiliários da biblioteca); 9.56% no quesito programático, compreendendo normas ou regulamentos institucionais; 44% no quesito atitudinal, compreendendo preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação. Para os respondentes que não encontraram dificuldades obteve-se 81%, percentual muito satisfatório, contudo observou-se que estes respondentes não apresentam nenhum tipo de deficiência.
- d) Na questão relativa ao atendimento, as ações pontuadas como mais importantes são: 43.08% para treinamento/capacitação dos funcionários; 23.57% adaptação arquitetônica; 47.61% para adaptação mobiliária/tecnológica e 9.71% para outros.

Tendo como base o universo pesquisado e os resultados obtidos, foi elaborada uma tabela de correlação, a qual proporciona a dimensão da relação entre os requisitos de acessibilidade e os parâmetros mínimos para que as bibliotecas possam ser reconhecidas como acessíveis, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 – Tabela de Correlação entre Requisitos de Acessibilidade, Parâmetros Mínimos para Bibliotecas Acessíveis e Atendimento da Deficiências

Requisitos de Acessibilidade (*)	Parâmetros Mínimos para Bibliotecas Acessíveis	Atendem quais Deficiências/Limitações/ Transtornos Aprendizagem (**)
Arquitetônica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transportes adaptados; ▪ Banheiros adaptados; ▪ Rampas; ▪ Rota acessível; ▪ Estacionamento com vagas sinalizadas; ▪ Elevadores com sinalização em Braille; ▪ Equipamentos de auxílio de mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DF / Idosos/ MR ▪ DF / Idosos/ MR ▪ DF / Idosos/ MR ▪ DV / Idosos/ MR ▪ DV / Idosos/ MR ▪ DV ▪ DV / Idosos/ MR
Comunicacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sinalização no ambiente em braille; ▪ Maquete tátil e sonora; ▪ GPS bibliográfico; ▪ Atendimento preferencial; ▪ Linguagem de sinais – LIBRAS; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DV ▪ DV ▪ Todas as pessoas ▪ PcDs em geral / gestantes/MR ▪ DA

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Audiodescrição; ▪ Comunicação alternativa aumentativa; ▪ Orientação e mobilidade; ▪ Portais web acessível; ▪ Blogs; ▪ Redes sociais; ▪ TA. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ DV ▪ PcDs em geral /Dislexia ▪ DV ▪ DV ▪ Todas as pessoas ▪ Todas as pessoas ▪ PcDs em geral /Dislexia
Metodológica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de padrão para formatação de documentos; ▪ Disponibilização de conteúdos impressos e digitais; ▪ Técnica de estudos adaptados às necessidades apresentadas; ▪ Elaboração de método de avaliação (provas) segundo as necessidades apresentadas; ▪ Maior tempo para realização de provas/avaliações ▪ Criação de modelos alternativos para pesquisa em obras raras; ▪ Conversão e transcrição de textos/partituras; ▪ Impressão Braille; ▪ WebCam; Fotocopiadora; Celulares (mensagens texto) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PcDs e demais ▪ DV; BV ▪ PcDs e demais ▪ PcDs em geral ▪ PcDs em geral ▪ DV ▪ DV ▪ DV ▪ DA
Instrumental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ TA; ▪ Equipamentos de última geração: tablets, smart phones; celulares; ▪ Equipamentos alto custo: Sara; teclados; Linha Braille; ▪ Equipamentos baixo custo: Máquinas Braille; Regletes; ▪ Gravadores; Sintetizadores de voz; ▪ Ampliadores de tela; Lupas manuais e eletrônicas; ▪ Ledores; ▪ Web acessível; ▪ Softwares específicos (O.C.R., ABBYY, JAWS, Virtual Vision, DOSVOX, Magic, etc); ▪ Cardápios de serviços e produtos; ▪ Bibliotecas digitais, transmissão eletrônica de documentos; digitalização de textos; consulta a bases de dados; ▪ Livros em novos formatos (livros acessíveis): braille, áudio livro, livros no formato Daisy (perspectiva do desenho universal), livros com letras ampliadas, livros formatados e traduzidos em língua brasileira de sinais (LIBRAS); ▪ Participação em redes de bibliotecas; ▪ WebCam; Fotocopiadora; Celulares (mensagens texto); ▪ Apoio de leitura; Vira-páginas; Mouse e Teclado adaptado; ▪ Estação de Trabalho Adaptada (Viver a Vida). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PcDs em geral ▪ PcDs e demais ▪ DV; SC ▪ DV; SC ▪ BV ▪ DV; BV ▪ DV; DF ▪ DV ▪ DV ▪ PcDs e demais ▪ PcDs e demais ▪ PcDs em geral ▪ PcDs e demais ▪ DA ▪ DF ▪ DF, MR, BV
Programática	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vestibular; ▪ Concursos públicos (reserva de vagas para pessoa com deficiência); ▪ Normas e regulamentos da biblioteca; ▪ Cardápio de serviços disponíveis e acessíveis na biblioteca; ▪ Criação e tradução de tutoriais; ▪ Diretrizes para organização de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PcDs em geral ▪ PcDs em geral ▪ PcDs e demais ▪ PcDs e demais ▪ PcDs e demais ▪ PcDs e demais

	acessíveis; ▪ Editais para captação de recursos.	▪ PcDs e demais
Atitudinal	▪ Identificação de perfil para atendentes; ▪ Capacitação/qualificação de mão de obra para o atendimento (libras, braille, lidar com a diferença, TA); ▪ Quebra de barreiras: projetos de extensão e produção de materiais como: cartilha, desenho animado, vídeos sobre acessibilidade.	▪ Funcionários da Biblioteca ▪ Funcionários da Biblioteca ▪ Funcionários, pesquisadores, alunos em geral

Fonte: Sasaki (2013).

(**) Siglas: BV = Baixa Visão; DA = Deficiência Auditiva; DF = Deficiência Física; DV = Deficiência Visual; MR = Mobilidade Reduzida; PcDs = Pessoas com Deficiência; SC = Surdocegueira; TA = Tecnologias Assistivas.

7. CONCLUSÕES

A construção de parâmetros para bibliotecas acessíveis tem por ponto de base não somente o cumprimento da legislação vigente, ela envolve as questões sociais e de inclusão. A revisão exaustiva da legislação tem por finalidade nortear as ações inclusivas, explicitadas principalmente pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009); trata-se de um documento elaborado por vários países signatários, com intensa discussão, por longo período de tempo, e envolvimento de diversos grupos que estudam as questões de acessibilidade e de direitos das pessoas com deficiência, inclusive nos espaços públicos.

A biblioteca atual é entendida como uma organização, com um conjunto de partes que atuam de forma coordenada, organizadas para atender às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Para seu bom funcionamento, pode-se considerar três categorias básicas: o capital; os recursos humanos; e as informações, destacando o caráter informacional como um item indispensável nesse contexto. De um lado o bibliotecário, um dinamizador, facilitador, agilizador, responsável pela gestão da informação; de outro, temos a sociedade da informação, fruto da produção de conhecimento, um ato contínuo e dinâmico inerente ao ser humano. Essa integração entre o bibliotecário e a sociedade gera possibilidades de um caminho para a igualdade cultural. A biblioteca possui, também, o papel de contribuir decisivamente para o ensino, a pesquisa e extensão por meio da prestação de serviços à comunidade interna e externa.

Destaca-se que as bibliotecas são, antes de tudo, espaços de informação, e estes espaços são privilegiados em termos de visibilidade, de forma que adéquam-se à inserção de elementos que devam facilitar a acessibilidade à informação e conhecimento. As bibliotecas são pontos-chaves para a orientação das várias necessidades dos usuários,

além de serem locais estratégicos, uma vez que são pontos de interação de pessoas e informação.

As questões de acessibilidade relacionam-se diretamente às propostas de inclusão social de todas as pessoas, no âmbito do desenho universal, ou *design* para todos. Contudo, historicamente, a sociedade tem aliado acessibilidade apenas às pessoas com deficiência, uma vez que essas pessoas passaram desde a Antiguidade até o século XX, da segregação, à integração social.

O acolhimento e atendimento corretos dependem de um conjunto de atividades, pois a falta de um único item compromete qualquer esforço isolado.

A acessibilidade é um conceito muito amplo, vai além do estrutural, envolve as relações humanas, permeia a boa educação, a moral e o caráter. É preciso desenvolver empatia, simpatia e bom senso, no sentido de voltar o olhar ao coletivo, ao outro.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050**: 2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284, de 7 de Novembro de 2003**. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2006.
- BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Lei n° 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília-DF, 30 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 02 dez 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/9610.htm>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2009.
- BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto N° 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 18 abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 19 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013..

ESPAÑA. **Bibliotecas accesibles para todos**: pautas para acercar las bibliotecas a las personas con discapacidad y a las personas mayores. 2. ed. Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad, 2011. Disponível em: <http://www.ceapat.es/InterPresent2/groups/imsero/documents/binario/33010bibiotacc2011.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

HAWKING, S. 70 anos e um triunfo sobre a adversidade. UOL Notícias: Tecnologia, 6 jan. 2012. Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2012/01/06/stephen-hawking-70-anos-e-um-triunfo-sobre-a-adversidade.htm> Acesso em: 19 jun. 2014.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão já!** Carta aberta do Leped/Unicamp pela adequação do Dec. 7611/11 à CF. Disponível em: <http://inclusaoja.com.br/2011/11/27/carta-aberta-do-lepedunicamp-pela-adequacao-do-dec-761111-a-cf/> Acesso em: 18 abr. 2013.

MANTOAN, M.T.E.; BARANAUSKAS, M.C.C. (Org.) **Todos Nós - Unicamp Acessível**: resultados da primeira oficina participativa do Projeto PROESP/CAPES. Campinas: Biblioteca Central / Unicamp, 2005.

MELO, A. M. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, D. T., MELO, A. M., PÉREZ-FERRÉS, S. Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008. p.17-20.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Resolução ONU n. 45/91, de 14 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.institutoparadigma.org.br/site/conteudo.asp?id=347>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 18 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educação Especial. Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. 1994b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas. Preparado em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA). 1994. Disponível em: <http://www.dglib.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUnescoBibliotecasPublicas.aspx>. Acesso em: 18 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência**. Cidade da Guatemala: OEA, 1999.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias, de 18 de outubro de 2002. Declaração de Caracas. 2002. Disponível em: http://www.mpdft.gov.br/sicorde/legislacao_01_A1_11.htm. Acesso em: 17 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Declaração de Santo Domingo**: governabilidade e desenvolvimento na sociedade do conhecimento. Santo Domingo: OEA, 2006.

PUPO, D. T. Biblioteca acessível. In: MANTOAN, M. T.; BARANAUSKAS, M. C. C. (Org.). **Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso**. Campinas, SP: Unicamp, 2009. p. 53-76.

PUPO, D. T. Livro acessível. In: MELO, A. M., PUPO, D. T. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, v. 8). Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/fasciculo%2008%20acessivel.docx/view>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; PÉREZ FERRÉS, S. (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, DF: Unicamp, 2008.

SASSAKI, R. K. **Acessibilidade é muito mais que rebaixar calçadas**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1932014>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas**. [Preparado em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994.] Disponível em: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUnescoBibliotecasPublicas.aspx> Acesso em: 18 abr. 2013.

Deise Tallarico Pupo

Bibliotecária de Referência no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Cesar Lattes da Universidade Estadual de Campinas. Graduada pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos-SP, com pós-graduação lato sensu em "Deficiência Visual e Surdez: fundamentos para intervenção", pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Gabriel Porto (CEPRE), da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (2004). Autora do projeto FAPESP INFRA IV: proc. N° 1998/9212-9; que deu origem ao atual Laboratório de Acessibilidade.

Valéria S. Gouveia Martins

Doutoranda em Ciência da Informação (UNESP/Marília). Mestre em Gestão da Qualidade Total (UNICAMP). Especialista em Administração de Recursos Humanos (Universidade de Taubaté). Graduada em Biblioteconomia (PUCCAMP). Formação Black Belt pelo Instituto de Matemática Estatística e Ciência Computação (UNICAMP); Gestão Estratégica Pública (UNICAMP). Coordenadora Associada do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP e Diretora Técnica da Biblioteca Central Cesar Lattes.